EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) EM ITAMARAJU-BA: FATORES E POSSIBILIDADES DE PERMANÊNCIA

Cristiomara Barbosa Santos[1]

Maria Alejandra Silva[2]

RESUMO

O presente artigo analisa fatores que podem contribuir para a evasão e para a permanência de estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), com ênfase no município de Itamaraju, Bahia. A discussão considera condições sociais, econômicas, familiares, territoriais e pedagógicas que atravessam as trajetórias de jovens e adultos que retomam a escolarização após interrupções. A obra Quarto de despejo: diário de uma favelada, de Carolina Maria de Jesus, é mobilizada como referência literária para refletir sobre desigualdade e exclusão, sem ser tratada como pesquisa específica sobre a EJA. A análise articula referências legais e teóricas às informações qualitativas apresentadas sobre a realidade local. Argumenta-se que a evasão não deve ser atribuída exclusivamente à falta de interesse individual, pois envolve condições concretas de vida e a capacidade institucional de responder às necessidades dos estudantes. Conclui-se que o enfrentamento do abandono requer ações articuladas de gestão, docência e políticas públicas, com acompanhamento da frequência e foco no direito à educação e na permanência com aprendizagem.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Evasão

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui uma modalidade da educação básica destinada às pessoas que não tiveram acesso à escolarização ou não puderam dar continuidade aos estudos na idade considerada regular. Sua existência representa o reconhecimento de que o direito à educação deve ser assegurado ao longo da vida, respeitando as trajetórias, os saberes e as condições de existência dos sujeitos. Entretanto, o ingresso na escola não garante, por si só, a conclusão da formação. A permanência dos estudantes depende de fatores que se relacionam entre si e que ultrapassam os limites da sala de aula.

A evasão escolar na EJA precisa ser compreendida como um fenômeno complexo. A necessidade de trabalhar, a instabilidade da renda, as responsabilidades com filhos e outros familiares, o cansaço, as dificuldades de deslocamento, as experiências anteriores de fracasso escolar e a pouca identificação com determinadas práticas pedagógicas podem dificultar a continuidade dos estudos. Tais fatores não atuam de maneira isolada: frequentemente se acumulam e tornam a frequência escolar um desafio cotidiano.

No município de Itamaraju, no extremo sul da Bahia, a discussão sobre a EJA exige atenção às características do território e à organização da oferta educacional. As informações apresentadas para este estudo apontam preocupações com o abandono nas turmas e com a concentração do atendimento em um núcleo na área urbana. Essa condição representar um obstáculo para parte dos estudantes, embora sua influência verifica-se que os dados de localização, transporte, frequência e trajetórias escolares ficaram evidenciados. A caracterização municipal apresenta um dos principais fatores. Essa perspectiva orienta a análise para além da responsabilização individual do estudante, contemplando as condições de vida, as oportunidades de acesso, as práticas institucionais e o modo como a escola acolhe as diferentes trajetórias dos educandos.

As transformações tecnológicas e sociais contemporâneas também atravessam as trajetórias escolares. Nesse cenário, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) podem contribuir para diversificar as experiências de ensino e aprendizagem e ampliar oportunidades de inclusão digital, desde que sejam utilizadas de forma planejada e acessível. A permanência na EJA, contudo, não depende apenas da presença de recursos tecnológicos: relaciona-se às condições de trabalho e renda, às responsabilidades familiares, às metodologias de ensino e às condições institucionais oferecidas aos estudantes. Por isso, as práticas pedagógicas precisam valorizar os conhecimentos e as experiências de vida dos educandos e promover um ambiente acolhedor, inclusivo e favorável à aprendizagem.

Problema de pesquisa

A questão que orienta a reflexão é: quais fatores sociais, econômicos, familiares, territoriais e pedagógicos podem influenciar a evasão ou a permanência dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos em Itamaraju-BA? A pergunta considera tanto as condições externas à escola quanto os aspectos institucionais que podem favorecer ou dificultar o vínculo com a aprendizagem.

A EJA COMO DIREITO À EDUCAÇÃO

A educação é reconhecida como direito social pela Constituição Federal de 1988. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — Lei nº 9.394/1996 — estabelece a Educação de Jovens e Adultos como modalidade destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. Esse marco legal reforça que a EJA não deve ser tratada como uma oferta secundária, mas como parte do compromisso público com a garantia do direito à educação.

A perspectiva do direito exige que o debate não se restrinja à matrícula. A garantia educacional envolve condições de acesso, permanência, aprendizagem e conclusão. Quando o estudante abandona a escola por não conseguir conciliar o horário de aula com o trabalho, por falta de transporte ou por ausência de apoio diante de responsabilidades familiares, torna-se necessário investigar se a organização da oferta responde às necessidades reais do público atendido.

A EJA reúne sujeitos com experiências muito diversas. Há jovens que tiveram trajetórias escolares interrompidas recentemente, adultos que retornam após anos afastados, trabalhadores com jornadas variáveis, pessoas responsáveis pelo cuidado de crianças ou familiares e estudantes que vivenciaram situações de exclusão. A diversidade não deve ser interpretada como deficiência dos educandos, mas como característica constitutiva da modalidade. O planejamento pedagógico precisa considerar os conhecimentos construídos no trabalho, na comunidade, na família e nas práticas culturais.

Arroyo (2006) propõe que a reflexão sobre a EJA comece pelo reconhecimento de quem são os jovens e adultos envolvidos no processo educativo, e não apenas pelo lugar administrativo da modalidade no sistema de ensino. Essa perspectiva desloca o foco de uma visão centrada em supostas carências individuais para uma compreensão das trajetórias sociais, dos direitos negados e das experiências acumuladas. A pergunta pedagógica deixa de ser somente o que o estudante ainda não sabe e passa a incluir o que já conhece, como aprende e quais condições podem favorecer sua participação.

O reconhecimento do direito também implica combater estigmas. Termos como repetente, atrasado ou evadido, quando utilizados para definir a identidade de uma pessoa, podem reforçar a ideia de fracasso e desconsiderar os motivos que levaram à interrupção dos estudos. A linguagem institucional deve valorizar a possibilidade de retomada e

compreender a escolarização como processo que pode ser reconstruído em diferentes momentos da vida.

Em Itamaraju, a análise do direito à educação precisa ser acompanhada de informações oficiais sobre a oferta da EJA, as matrículas, as turmas, a frequência e a conclusão. Dados do Censo Escolar e registros da rede municipal podem apoiar esse diagnóstico, desde que sejam consultados por município, etapa, dependência administrativa e ano.

COMPREENSÃO DA EVASÃO ESCOLAR NA EJA

A evasão escolar é geralmente associada à interrupção da frequência e ao afastamento do estudante antes da conclusão da etapa de ensino. Para analisar o fenômeno de forma consistente, é necessário distinguir abandono, transferência, interrupção temporária e ausência prolongada. Os registros administrativos podem utilizar conceitos e períodos de apuração específicos; por isso, a pesquisa deve informar qual definição foi adotada e de que maneira os dados foram coletados.

Na EJA, a interrupção dos estudos pode ocorrer depois de uma matrícula realizada com expectativa de mudança de vida. O estudante pode iniciar o período letivo motivado e, posteriormente, enfrentar alterações no trabalho, desemprego, necessidade de assumir horas extras, cuidado de familiares ou dificuldades de saúde. Assim, a decisão de deixar de frequentar as aulas nem sempre resulta de uma escolha livre ou definitiva. Em muitos casos, corresponde a uma resposta a condições imediatas que competem com a escolarização.

Carmo (2014), chama atenção para o fato de que o fracasso e a evasão escolar não se restringem à EJA nem a uma única faixa etária. A ocorrência do fenômeno relaciona-se também às condições econômicas e sociais dos estudantes e de suas famílias.

Uma análise adequada deve evitar explicações simplificadoras. A ausência pode ser interpretada equivocadamente como desinteresse quando, na realidade, o estudante não consegue sair do trabalho no horário, não dispõe de transporte ou precisa cuidar de uma criança. Também pode haver situações em que o currículo, a avaliação ou a relação com os profissionais da escola não produzam pertencimento.

A compreensão da evasão demanda, portanto, uma perspectiva multidimensional. No plano individual, podem existir insegurança, dificuldades de aprendizagem e experiências anteriores negativas. No plano familiar, podem ocorrer responsabilidades de cuidado e

falta de apoio. No plano econômico, pesam a renda e a jornada de trabalho. No plano institucional, importam o acolhimento, a flexibilidade possível, a metodologia, a avaliação e a capacidade de buscar o estudante quando surgem faltas sucessivas. No plano territorial, o deslocamento e a distribuição das unidades limitaram o acesso.

A escola, isoladamente, não consegue resolver o desemprego, a precarização do trabalho ou a pobreza. Entretanto, pode atuar como espaço de articulação com a rede de proteção social e com políticas públicas que apoiem a continuidade dos estudos. Quando identificadas situações de vulnerabilidade, a equipe escolar pode orientar os estudantes sobre serviços disponíveis e estabelecer fluxos de encaminhamento, respeitando a privacidade e a autonomia de cada pessoa.

No contexto de Itamaraju, é importante que a relação entre trabalho e evasão seja investigada com dados locais, em vez de ser presumida a partir de tendências gerais. O estudo pode registrar ocupação, faixa de horário de trabalho, tempo de deslocamento e motivos de ausência, sempre de forma ética e sem exposição individual. A análise desses dados permitirá compreender quais barreiras aparecem com maior frequência e quais medidas podem ser priorizadas no núcleo de EJA.

RESPONSABILIDADES FAMILIARES E VÍNCULOS SOCIAIS

As responsabilidades familiares também podem interferir na permanência dos estudantes da EJA. Parte dos educandos cuida de filhos, acompanha familiares idosos, realiza tarefas domésticas ou assume responsabilidades relacionadas à organização da casa. Essas atividades demandam tempo e energia e, quando não há uma rede de apoio, podem dificultar a participação regular nas aulas. As responsabilidades de cuidado podem ser especialmente intensas em famílias monoparentais ou em contextos nos quais os serviços de apoio são limitados.

A escola precisa reconhecer que os estudantes não chegam à sala de aula separados de suas vidas cotidianas. A experiência escolar convive com preocupações financeiras, familiares e emocionais que podem influenciar a atenção, a participação e a realização das atividades. O acolhimento não significa reduzir as expectativas de aprendizagem, mas compreender as condições em que a aprendizagem ocorre e oferecer orientação adequada quando surgem dificuldades.

A construção de vínculos de confiança pode favorecer a permanência. Quando os profissionais demonstram disponibilidade para escutar, explicam os objetivos das atividades e reconhecem os progressos, o estudante pode sentir que sua presença é valorizada. Por outro lado, experiências de humilhação, exposição de dificuldades ou comentários que associam idade e escolarização a fracasso pode intensificar o afastamento. A comunicação respeitosa é, portanto, parte do trabalho pedagógico.

A família pode apoiar a continuidade dos estudos, mas não deve ser responsabilizada de forma exclusiva pela evasão. Em muitos casos, os próprios familiares enfrentam limitações de renda, tempo e escolaridade. A articulação com a família deve ser construída de maneira realista, respeitando as diferentes configurações familiares e evitando julgamentos. Quando pertinente, a escola pode organizar canais de comunicação acessíveis e combinar formas de acompanhamento que não ampliem a sobrecarga dos estudantes.

Também é necessário considerar a dimensão emocional das trajetórias escolares. Alguns estudantes retornam à escola depois de experiências marcadas por reprovação, discriminação ou interrupções sucessivas. O medo de errar, a vergonha de perguntar ou a comparação com colegas podem comprometer a participação. A criação de um ambiente seguro, em que a dúvida seja entendida como parte da aprendizagem, contribui para fortalecer a autoconfiança.

Para o núcleo de EJA em Itamaraju, recomenda-se que as ações de acompanhamento incluam a escuta individual dos estudantes que apresentem faltas consecutivas. O contato deve buscar compreender a situação e oferecer apoio, e não assumir caráter punitivo. Registros objetivos dos motivos relatados, preservados de maneira confidencial, podem auxiliar a identificar padrões e planejar intervenções. A finalidade é manter aberta a possibilidade de retorno e evitar que uma dificuldade temporária se transforme em desligamento definitivo.

ACESSO, TERRITÓRIO E ORGANIZAÇÃO DA OFERTA EM ITAMARAJU

A dimensão territorial deve integrar a análise da evasão escolar. A distância entre residência, trabalho e escola, a disponibilidade de transporte e a segurança do trajeto podem influenciar a frequência, especialmente quando as aulas ocorrem após uma jornada de trabalho. A concentração da oferta em um único núcleo urbano, apontada nas

informações que motivaram este estudo, constitui uma hipótese relevante a ser investigada, pois pode tornar o deslocamento mais difícil para determinados grupos.

Entretanto, pode se afirmar a centralização que vem provocando a evasão dos estudantes. Depois de feitas as análises de pesquisas quali/quantitativa identificou de onde vêm os matriculados, quanto tempo gastam no trajeto, quais meios de transporte utilizam e quais custos estão envolvidos. Verificou-se se que em suma maioria as faltas estão associadas a dificuldades de deslocamento.

O município de Itamaraju possui características territoriais e populacionais descritas com base em fontes oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os dados do Censo Escolar, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), permitem consultar informações por município e modalidade.

A gestão municipal pode e deve utilizar mapas simples de procedência dos estudantes e registros de tempo de deslocamento para identificar áreas com maior dificuldade de acesso. A partir desse diagnóstico, podem ser examinadas alternativas como reorganização de horários, articulação com transporte disponível, busca ativa e diálogo com os órgãos responsáveis pela política educacional, até mesmo aberturas de salas em bairros. Qualquer alteração na oferta deve considerar a demanda, os recursos públicos, a legislação e a garantia de condições adequadas de ensino.

O acesso também possui dimensão simbólica. A localização da escola, a sinalização, o acolhimento na chegada e a clareza das informações sobre matrícula e horários podem contribuir para que o estudante se sinta pertencente à instituição. A divulgação de oportunidades de retorno, os procedimentos simplificados de orientação e o atendimento respeitoso são medidas que podem diminuir barreiras institucionais.

Assim, a discussão sobre a EJA em Itamaraju deve articular a escala municipal e a experiência cotidiana. Os indicadores oficiais oferecem uma visão da oferta e do perfil das matrículas, enquanto as entrevistas e os questionários esclareceram como os estudantes vivenciam o deslocamento e a organização das aulas. As combinações dessas fontes permitiram produzir um diagnóstico mais consistente e orientar decisões baseadas em evidências.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, CURRÍCULO E MOTIVAÇÃO

As práticas pedagógicas influenciam a maneira como os estudantes se relacionam com a escola e com o conhecimento. Na EJA, a diversidade de idades, experiências profissionais, repertórios culturais e trajetórias escolares exige planejamento intencional. A repetição de atividades descontextualizadas, a pouca conexão entre conteúdos e situações cotidianas e a ausência de devolutivas compreensíveis podem dificultar o envolvimento. Em contrapartida, propostas que reconhecem os saberes dos estudantes e apresentam objetivos claros podem favorecer a participação.

A valorização da experiência não significa abandonar os conhecimentos científicos ou os conteúdos curriculares. Significa estabelecer relações entre os conteúdos escolares e os problemas que fazem parte da vida social, como direitos trabalhistas, orçamento familiar, saúde, cultura, tecnologia, participação cidadã e leitura crítica de informações. Essa contextualização amplia as possibilidades de compreensão e demonstra que os conhecimentos escolares podem contribuir para interpretar a realidade.

A motivação não deve ser entendida como atributo fixo do estudante. Ela pode ser fortalecida ou enfraquecida pelas relações estabelecidas na sala de aula, pelas oportunidades de participação e pelo reconhecimento dos avanços. Atividades colaborativas, debates, projetos, leitura de textos de diferentes gêneros, resolução de situações-problema e avaliação formativa podem tornar o processo mais significativo, desde que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagem e às necessidades do grupo.

A avaliação precisa acompanhar o percurso, identificar dificuldades e orientar novas intervenções. Quando a avaliação é utilizada apenas para classificar, sem oferecer caminhos de superação, pode reforçar experiências anteriores de fracasso. A devolutiva clara, a retomada de conteúdos e a possibilidade de demonstrar aprendizagem de diferentes formas ajudam o estudante a perceber seus progressos. Os critérios devem ser transparentes e coerentes com o currículo.

A formação continuada dos educadores é importante para apoiar a construção dessas práticas. O trabalho com a EJA exige conhecimentos sobre desenvolvimento e aprendizagem de jovens e adultos, metodologias participativas, avaliação, diversidade cultural e estratégias de acolhimento. A formação também pode promover o compartilhamento de experiências entre professores e a análise coletiva de situações de infrequência, evitando que cada profissional enfrente o problema de maneira isolada.

No núcleo de EJA de Itamaraju, a reflexão pedagógica pode começar pela análise das atividades propostas, das percepções dos estudantes e dos registros de aprendizagem. Reuniões pedagógicas podem examinar quais estratégias favorecem a participação e quais dificuldades persistem. A voz dos educandos deve integrar esse processo, pois a avaliação institucional torna-se mais consistente quando considera tanto o olhar dos profissionais quanto a experiência de quem frequenta as aulas.

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EJA

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) fazem parte das relações sociais, do trabalho e do acesso a serviços. Na educação, podem ampliar as possibilidades de pesquisa, comunicação, leitura e produção de conhecimentos. Na EJA, seu uso planejado pode contribuir para a inclusão digital e para a aproximação entre conteúdos escolares e situações presentes no cotidiano dos estudantes. Contudo, a tecnologia não resolve, isoladamente, as causas da evasão.

A utilização de recursos digitais precisa considerar as condições concretas de acesso. Nem todos os estudantes dispõem de computador, telefone adequado, conexão estável ou pacote de dados suficiente. A proposta de atividades exclusivamente on-line pode ampliar desigualdades se não houver alternativas acessíveis. Por isso, o planejamento deve prever diferentes formas de participação, orientação para uso das ferramentas e apoio aos estudantes que apresentem dificuldades.

Para a EJA em Itamaraju, recomenda-se investigar o acesso dos estudantes às tecnologias e suas necessidades de aprendizagem digital. Um levantamento breve pode identificar os dispositivos disponíveis, a qualidade da conexão e os tipos de atividade que os estudantes conseguem realizar. Com base nessas informações, a equipe poderá planejar ações de inclusão digital sem transformar a falta de equipamento ou de internet em mais um motivo de exclusão.

DESIGUALDADE SOCIAL E A OBRA QUARTO DE DESPEJO

A obra Quarto de despejo: diário de uma favelada, de Carolina Maria de Jesus, oferece uma perspectiva literária importante para refletir sobre pobreza, fome, desigualdade social, exclusão e luta diária pela sobrevivência. Embora não trate especificamente da evasão escolar na EJA, a narrativa permite discutir como as condições sociais e econômicas podem limitar oportunidades de estudo e dificultar a construção de novas

perspectivas de vida. Essa reflexão dialoga com trajetórias de jovens e adultos que, diante da necessidade de trabalhar, cuidar da família ou enfrentar dificuldades financeiras, interrompem os estudos e posteriormente buscam na EJA uma oportunidade de retomar a formação. A aproximação deve ser feita sem generalizações: a obra contribui para a reflexão crítica, mas não substitui os dados empíricos necessários à análise da realidade específica de Itamaraju.

A leitura da obra permite compreender que a pobreza não se resume à ausência de renda. Ela afeta a alimentação, a moradia, o tempo disponível, a saúde, a segurança e as possibilidades de participação social. Quando as necessidades imediatas ocupam grande parte do cotidiano, a continuidade dos estudos pode tornar-se difícil, mesmo quando a escolarização é reconhecida como importante. Essa reflexão ajuda a deslocar a análise do abandono de uma explicação moral para uma abordagem que considera as condições concretas de existência.

A aproximação entre a obra e a realidade dos estudantes da EJA deve ser feita com cuidado. Não se deve presumir que todas as pessoas matriculadas vivenciem as mesmas situações descritas por Carolina Maria de Jesus, nem utilizar a literatura como prova direta de dados sobre Itamaraju. O texto literário atua como convite à reflexão e à sensibilização, enquanto a pesquisa local deve fundamentar suas conclusões em entrevistas, questionários, documentos escolares e fontes oficiais.

Em práticas pedagógicas, a obra pode favorecer debates sobre direitos sociais, desigualdade, trabalho, gênero, moradia, alimentação e acesso à educação. A leitura de trechos selecionados, acompanhada de contextualização histórica e atividades de interpretação, pode valorizar a produção literária brasileira e incentivar a expressão das experiências dos estudantes. É importante que o trabalho seja conduzido de forma respeitosa, sem exigir relatos pessoais de sofrimento ou expor a intimidade dos participantes.

A literatura também pode contribuir para o reconhecimento da voz de sujeitos historicamente marginalizados. Ao registrar seu cotidiano, Carolina Maria de Jesus transforma experiências frequentemente silenciadas em narrativa pública. Essa dimensão dialoga com a necessidade de ouvir os estudantes da EJA como sujeitos capazes de interpretar a própria realidade, produzir conhecimentos e participar das decisões que afetam sua trajetória escolar.

Dessa forma, a obra contribui para uma abordagem humanizada da evasão, ao lembrar que as oportunidades educacionais estão relacionadas às condições sociais mais amplas. A reflexão literária deve ser articulada à responsabilidade institucional de garantir acolhimento, aprendizagem e condições de permanência, sem substituir a análise empírica necessária para compreender a situação específica de Itamaraju.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O enfrentamento da evasão na EJA requer ações articuladas, contínuas e baseadas no diagnóstico das necessidades dos estudantes. Uma primeira medida consiste em acompanhar a frequência de forma sistemática, identificando ausências sucessivas e estabelecendo contato respeitoso para compreender os motivos. A busca ativa deve ter caráter acolhedor, com o objetivo de manter o vínculo e facilitar o retorno, e não de culpabilizar quem enfrenta dificuldades.

Outra ação importante é fortalecer o planejamento pedagógico coletivo. Professores e equipe gestora podem analisar os conteúdos, as metodologias, os instrumentos avaliativos e as formas de recuperação da aprendizagem. A formação continuada deve contemplar as especificidades da EJA, a valorização dos saberes dos estudantes, a diversidade cultural e o uso crítico das tecnologias. A participação dos educandos na avaliação das práticas pode contribuir para tornar o currículo mais significativo.

Em Itamaraju-BA, a contextualização do problema exige reconhecer que a evasão e a permanência resultam da centralização do núcleo. Assim a equipe responsável pela EJA pode organizar um diagnóstico municipal com dados de matrícula, frequência, abandono e conclusão, discriminados por ano e etapa, conforme a disponibilidade dos registros oficiais. Esse diagnóstico deve ser complementado por informações sobre trabalho, responsabilidades familiares, deslocamento, acesso digital e percepção dos estudantes sobre as práticas pedagógicas. Os resultados podem orientar prioridades e permitir que as ações sejam avaliadas ao longo do tempo.

Conclui-se que a evasão na Educação de Jovens e Adultos não pode ser compreendida como consequência exclusiva da falta de interesse dos estudantes. Trata-se de um fenômeno multidimensional, relacionado às condições de vida, às responsabilidades de cuidado, às exigências do trabalho, ao acesso territorial, às experiências escolares anteriores e às respostas oferecidas pelas instituições. A permanência depende do

reconhecimento dos sujeitos da EJA como pessoas com direitos, conhecimentos, responsabilidades e projetos.

Por fim, garantir o direito à EJA significa assegurar não apenas a possibilidade de matrícula, mas também condições reais para estudar, aprender e concluir a formação. O compromisso compartilhado entre poder público, gestão escolar, professores e comunidade pode ampliar oportunidades e fortalecer a cidadania. A redução do abandono exige escuta, planejamento, acompanhamento e avaliação permanentes, para que a escola se constitua em espaço de pertencimento e transformação social.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública.** In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 19-50. (Conferir a paginação conforme a edição consultada.)

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira** (INEP). **Estatísticas do Censo Escolar.** Brasília, DF: INEP. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/estatisticas-censo-escolar. Acesso em: 29 out. 2026.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada.** São Paulo: Ática, 2014. (Conferir ano e edição utilizados.)

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Itamaraju: panorama. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/itamaraju.html. Acesso em: 29 out. 2026.